

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR: GERENCIAMENTO E APLICAÇÃO

Junio Dourado Rego¹

Karlla Karolyna de Freitas Campos²

Altair Seabra de Farias³

RESUMO

A humanidade sempre buscou um padrão para escolhas, desde as mais simples até as mais difíceis, em virtude disso, há um envolvimento direto do ambiente, onde vive, o objetivo deste trabalho é mostrar de forma clara e precisa que umas das ferramentas eficazes para o ser humano conhecer e cuidar desse espaço é a educação ambiental, ressaltando que tal educação não deve ocorrer apenas de forma teórica ou fantasiosa, mais, sim, de forma prática. Diante de uma realidade, de desperdícios dos recursos naturais e o descontrole dos efeitos colaterais causados, refletindo que para acontecer uma mudança efetiva, tem-se que conscientizar o individual para alcançar o coletivo, além disso, fazer da escola, uma aliada, inserindo na formação professores metodologias que contemplem a educação ambiental, e principalmente implementando leis que facilitem e promovam incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais.

Palavras-chave: Educação ambiental. Conscientização. Legislação.

ABSTRACT

Mankind has always sought a standard for choices, from the simplest to the most difficult, because of this, there is a direct involvement of the environment where he lives, the aim of this paper is to demonstrate clearly and precisely that one of the effective tools for human being to know and take care of this space is environmental education, noting that such education should not only take place in theoretical or fanciful, more, yes, in a practical way. Faced with a reality, waste of natural resources and the lack of side effects, reflecting that to happen real change, one has to educate the individual to achieve the collective also make the school, an ally by entering the teacher training methodologies that include environmental education, especially implementing laws to facilitate and promote incentives for study and research of technologies for rational use and protection of environmental resources.

Keywords: Environmental education. Awareness. Legislation.

¹ Licenciado em Matemática. UFAM. Email:ufam.juniodr@gmail.com.

² Licenciada em Geografia. UFAM. Email:karllakarolyna@hotmail.com

³ Doutorando em Ciências na Universidade de São Paulo (USP). Email:altair17@usp.br

INTRODUÇÃO

O padrão consumista desencadeado após a implementação do “Modelo de Vida Norte-americano”, no período do fim da 2ª Guerra Mundial em 1944/45, incentivaram a população mundial a usar de modo desordenado os recursos naturais disponíveis, porém o início da Terceira Revolução Industrial a partir dos anos de 1970 levou a um aprimoramento do meio técnico científico informacional que culminou com uma preocupação maior com o Meio Ambiente, espaço este que, segundo Guerra, o Meio Ambiente é representado não pelo simples fato de existencialismo espacial, mas é representado pela interrelação dos atores que interagem com este território, ou seja, o maior agregador na modificação do espaço é o próprio homem. Segundo o IPCC (Painel Intergovernamental para convenções climáticas), criado como parâmetro de discussão climatológica e o principal aliado nas indagações acerca das mudanças ambientais, o mundo se encaminha para uma catástrofe ambiental, que segundo Al Gore em seu documentário “Uma Verdade Inconveniente” será sem precedentes e irreversível, caso não haja uma educação ambiental.

Após tantas análises a população mundial e seus governantes chegaram a uma conclusão, implementar a educação ambiental e o modelo de vida sustentável tal como estava descrito nos relatórios das conferências da ECO 92, na Carta da Terra, no Protocolo de Kyoto, na Rio + 10, na Rio +20 e nas COP's, o primeiro grande impasse estava em como transformar uma sociedade adaptada ao consumismo desordenado que por anos motivou o sistema econômico mundial, a agora adotar um padrão reducionista, ou pior como mostrar e provar para esta mesma sociedade que tais medidas seriam benéficas para sua própria sobrevivência, como mudar hábitos e rotinas que foram criados pela própria indústria mundial, esta seria a solução, forçar as mesmas personagens que incentivaram o consumo a agora incentivar uma redução, mas essa atitude implicaria em minimizar os ganhos financeiros e seus proprietários com certeza não aceitariam perder lucros somente por causa, de um mero detalhe, chamado Planeta.

A meta era ambiciosa e no mínimo coerente nasce um novo mercado, os produtos recicláveis, reutilizáveis, renováveis, nasce também o modelo de vida que o acompanharia, uma sociedade nova, com necessidades diferentes, mas que se modificaria gradativamente, mesmo por que o desenvolvimento econômico dos países aos quais pertenciam nunca foi uniforme, e em alguns tecnologias e aparatos modernos como os próprios automóveis ainda estavam chegando, poderia levar anos para que houvesse uma mudança, mas com certeza ela aconteceria, e para acelerar esse processo seria necessário incluir cada indivíduo da Terra

como responsável por estas mudanças futuristas, principalmente precisava – se usar um elemento bem mais poderoso, O MEDO, mas em que grau esse sentimento humano tão simples poderia auxiliar os governantes mundiais e ambientalista na luta em prol da racionalização dos recursos, nesse caso a necessidade estava em usar a mídia a favor da atual vertente, usando filmes sensacionalistas, visões desastrosas, destruições em massa, explicações científicas traduzidas em películas que representam a possível degradação em nível alarmante e irreversível da Terra.

O apoio dos países através de suas políticas internas e de suas constituições federativas era imprescindível, a situação estava ficando séria, o controle ambiental que antes parecia apenas norteador do cotidiano social, agora representaria mudanças em códigos civis, florestais, implicaria em sanções financeiras e políticas, em alterações geopolíticas e na participação dos países em importantes decisões. Iniciava –se assim o período conhecido como conscientização socioambiental, primeiramente começando com a educação básica, mas diante do imediatismo que as questões ambientais exigem das modificações nas ações humanas e com a inserção crescente de inovações tecnológicas e mudanças climáticas mais sensíveis e drásticas, como se as previsões estivessem tomando forma, associado a um novo meio produtivo que surgiu da economia sustentável essa educação se estende a todas as faixas etárias inclusive ao Ensino Superior, adultos, um faixa onde mudar hábitos e costumes é sempre mais difícil, onde simplesmente ensinar coleta seletiva e plantio de mudas para absorção de CO₂, já estava saturado e não modificaria suas atitudes, faz-se necessário uma sensibilização, através de apelos, convencimento, através de esclarecimentos legais, e acima de tudo permitir que este adulto veja e sinta a necessidade da educação ambiental em seu próprio cotidiano.

1. SISTEMA EDUCACIONAL: O ENSINO AMBIENTAL PERANTE A LEGISLAÇÃO E NA PRÁTICA.

A visão constitucional acerca do meio ambiente no Brasil é recente, pela primeira vez em nossa história, a constituição de 1988 abordou o tema meio ambiente, dedicando um capítulo que contemplasse não somente seu conceito normativo, do meio ambiente natural, bem como reconhecendo as outras faces do sistema ambiental, como: o meio ambiente artificial, o meio ambiente do trabalho, o meio ambiente cultural e o patrimônio genético, tratados em diversos artigos da constituição.

Sendo o Art. 225 o que exerce o papel norteador do meio ambiente, através de seu complexo teor de direitos, mensurado pela obrigação do Estado e da Sociedade na garantia de um ambiente equilibrado ecologicamente, por ser um bem de uso comum do povo devendo ser preservado e mantido para as atuais e futuras gerações.

A Constituição, segundo suas competências legais, além de consagrar a preservação do meio ambiente, anteriormente protegido somente a nível infraconstitucional, procura definir as competências dos entes da federação, inovando na técnica legislativa, incorporando ao seu texto diferentes artigos disciplinando a competência para legislar e para administrar. Essa iniciativa teve como objetivo promover a descentralização da proteção ambiental. Assim, União, Estados, Municípios e Distrito Federal possuem ampla competência para legislar sobre matéria ambiental, apesar de não raros surgem os conflitos de competência, principalmente junto às Administrações Públicas. Concernente as competências privativas da União, somente pode ser exercida pela União, salvo mediante edição de Lei Complementar que autorize os Estados a legislar sobre as matérias relacionadas com as águas, energia, populações indígenas, jazidas e outros recursos minerais, além das atividades nucleares de qualquer natureza.

Os amparos constitucionais não se limitam apenas a preservação do meio ambiente por parte de grandes organizações e seus fundamentos internos, mas necessitava ser levada á uma educação ambiental ou conscientização ambiental. Segundo Jacobi (p.190/2003), a maior parte da população vive em cidades, promovendo uma degradação das condições de vida, refletindo em uma crise ambiental. Ao utilizar-se da terminologia CRISE o autor enche sua escrita de intrínsecas relações entre o viés econômico, a urbanização e o espaço do ambiente natural, essa interrelação é expressa através de conferências que orientam a população mundial a criar condições para uma nova consciência sobre o valor da natureza e a fim de reorientar o sistema produtivo intelectual utilizando-se de conceitos como a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade, associados a um contexto de relação com um lugar, de remeter-se a uma identidade cultural ou miscigenada do espaço, o poder do controle ético e os critérios de sustentabilidade ou do poder do serviço sustentável.

O desenvolvimento de uma sociedade mais consciente criaria uma realidade mais cíclica, com interrelação de conhecimentos e saberes técnicos, em atos coletivos criando um valor comum a todos os membros desta sociedade, em práticas naturais garantindo uma troca sociopolítica e cultural sem comprometer os ecossistemas que garantem o sustento das comunidades. O contexto educacional permitiria aos cidadãos cobrarem medidas efetivas de

seus governantes e mobilizaria a comunidade a manter a integridade natural dos espaços vegetativos bem como a manutenção dos recursos naturais ameaçados, pelo uso desordenado do espaço por parte do ser humano, desse modo apesar de a educação ambiental ser um tema teoricamente debatido e amplamente divulgado ainda faz-se necessário um aprofundamento metodológico quanto a sua funcionalidade no cotidiano humano, uma reflexão a respeito da demanda populacional e a sua resistência frente as respostas da natureza por conta dos agravos ambientais, mas que podem indicar uma participação mais ativa na formulação de alternativas mediadoras causadas pela chamada democracia popular participativa através de uma presença mais atrativa no âmbito dialético, como afirma Jacobi,

“A postura de dependência e de desresponsabilização da população decorre principalmente de desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental.”(p.192;2003)

A EA assume um papel de transformadora do meio de atuação humana, sendo assim condição necessária de modificação para o atual quadro de destruição ambiental em escala planetária, mas acaba transformando-se em uma ferramenta mediadora cultural, entre interesses de grupos sociais para que possa construir mudanças satisfatórias, portanto a função do educador no cunho ambiental é de referencial sendo usado como instrumento da prática social em prol da natureza.

Ao abranger vários campos de conhecimento, a EA transforma-se em multirreferencial, assim toda área de conhecimento pode criar suas noções e os conceitos, criando uma conexão com várias dimensões humanas permitindo um constante passeio entre várias vertentes metodológicas e didáticas, tornando-se uma educação radical e ao mesmo tempo pacífica que consiga nortear e amarrar as ações e concepções de espaço, ao mesmo tempo consiga descrever uma visão fundamental das legislações ambientais e crie uma parceria entre os agentes humanos que necessitam diretamente do espaço natural para sua sobrevivência e aqueles agentes urbanos que apesar de não viverem basicamente em um espaço ruralista mas necessita dos frutos produzidos na natureza, a educação ambiental não traduz-se apenas em um modismo do século XXI, mas sim em uma bruta mudança do modo de vida das gerações que iniciaram ainda no século XVIII, e que viram a ganância e o consumismo desenfreado no passar das revoluções industriais aos poucos destruírem todo um habitat de sobrevivência, portanto parte daí a preocupação em se abranger este assunto e esta discussão metodológica em todos os níveis educacionais não como mais um conteúdo didático ou apenas como trabalho de conclusão de curso ou ainda como um projeto

interdisciplinar, mas transformar a EA em uma aplicabilidade diária intra e transdomiciliar, capaz assim de atingir todos os níveis sociais de modo que todas as cidades e espaços habitados do mundo possam ser conhecidos não só por não serem lugares poluídos, mas também serem conhecidos como espaços de produção racional, que sejam capazes de produzir em harmonia com a natureza, seu principal meio de sobrevivência.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, INDIVIDUAL PARA O COLETIVO

Tecnologia, ciência e sociedade estão associadas e propõem encontrar e adaptar soluções para a melhoria do meio ambiente e assim criar um mundo melhor.

A tecnologia nos permite maior conforto e acesso quase que ilimitado de bens e serviços, no entanto, agrega consigo consequências indesejáveis e irreversíveis em alguns casos ao meio ambiente.

A ciência é tratada por muitos como medidor de sucesso ou fracasso da humanidade com o passar dos anos, é inegável a contribuição que a ciência tem dado, mas não podemos esquecer que na maioria das vezes é usada para beneficiar uma parcela mínima de pessoas, e algumas vezes gera ainda mais destruição do que revitalização do planeta.

A sociedade por sua vez, tem a sua parcela esmagadora de contribuição para degradação ambiental, a constatação se é dada quando, a uma reflexão breve, a saber que uma das maiores causas dos problemas diretos ou indiretos sobre a questão ambiental estão aliados ao crescimento populacional desenfreado, no uso insustentável e minimamente eficiente de recursos.

À medida que a população mundial aumenta, também cresce a sua capacidade interferir na natureza almejando satisfazer suas necessidades e desejos. O fato é que os recursos naturais passaram a ser explorados de forma rápida e intensa, de modo a colocar em risco a sua manutenção.

Nesse contexto, surge a educação ambiental (EA) nos oferece uma nova ótica, uma nova ética para desenvolver uma sociedade receptiva, preocupada e consciente com o meio ambiente, com a utilização adequada de seus recursos e com problemas a ele associados. A educação ambiental, não busca culpados, pelo contrário, traz-nos o conhecimento, as habilidades, atitudes e comprometimento para trabalhar coletivamente e individualmente na investigação de soluções para problemas existentes e prevenção de outros futuros.

Segundo a Lei nº 9.975, de 27 de abril de 1999, institui a Política Nacional de Educação ambiental (EA) :

Educação ambiental é o processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e para sua sustentabilidade. (BRASIL,1999).

A EA traz à tona a possibilidade de gerar Indivíduos éticos, capazes de reconhecer de que a natureza tem direitos, que pensar o bem de seus semelhantes implica também admitir o bem extra-humano, ou seja que a natureza tem um fim em si mesma, para além de ser mero meio à disposição das vontades e necessidades humana.

Para tal, objetivo ser alcançado sociedade, ciência e tecnologia devem estar interligadas, e o elo de ligação entre elas é a educação voltada para fomento de novas atitudes por parte de cada integrante da sociedade em geral, atitudes essas que devem estar acompanhadas de um pensamento crítico , de maneira criativa, sem abandonar a ética , levando-os a uma reflexão profunda sob as relações complexas das realidades natural e social, para que assim a execução de possíveis soluções ocorram de maneira global e não apenas pontual , como na grande maioria dos casos.

Mudanças expressivas em todas as camadas das sociedades humanas são de suma importância e se fazem essenciais, desde o relacionamento individual como o coletivo, deve-se existir leis mais rígidas para quem degrada o meio ambiente, pois está influenciando diretamente no curso das vidas que estão e virão a residir na terra. Em consequência disso, nota-se que embora aconteça um avanço em tecnologias e na estabilização populacional, e que estes sejam requisitos mínimos para instituir sociedades sustentáveis, nada disso terá eficiência sem mudanças consideráveis de atitude diante do meio ambiente e de seus semelhantes.

O desafio norteador da EA é formar pessoas extremamente comprometidas nas relações da sociedade como meio ambiente.

Conforme, Frank (2005, p.15), considera-se o principal desafio da EA: “[...] aliar a educação sensibilizadora, que procura formar pessoas amorosas e sensíveis à natureza, a uma educação para a cidadania, que forma sujeitos atentos aos problemas socioambientais e capazes de interferir nas decisões da sociedade. ”

A EA está diretamente ligada ao pleno exercício dos deveres e direitos da cidadania.ela se designa por produzir cidadãos que interagem, que almejam alternativas e alcançam soluções práticas eficazes para uma qualidade de vida total.

3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MULTIDICCIPLINAR, INTERDICCIPLINAR E TRANSDICCIPLINAR.

O professor trabalha com pessoas em formação e deve contribuir para que a mudança educativa efetivamente aconteça. Não pode esperar receber alunos conscientes de seus defeitos e admitindo desperdícios ou práticas que influenciam negativamente para degradação do ambiente, mas conscientizá-los, incansavelmente, do caminho que a humanidade está trilhando não é promissor.

Neste contexto, se faz presente a ideia que norteia qualquer disciplina ou conjuntos de disciplinas a serem ensinadas ou mediadas, trata-se do currículo que é uma palavra de origem latina, que deriva do verbo *currere*, que significa caminho ou percurso a seguir, jornada, trajetória.

Para atingir o objetivo pretendido, tem-se que inserir a educação ambiental no currículo de todas as disciplinas, e não meramente torná-la uma disciplina obrigatória do currículo escolar, já que a mesma aparece em todos segmentos educacionais, o ambiente não pode ser considerado como estudo isolado de apenas uma disciplina, já que formado pelo conjunto de partes de um todo, quer seja no ponto de vista físico, quer seja no ponto de vista biológico, social e cultural.

A EA tem como objeto principal de estudo a escola, com intuito que o Meio Ambiente seja, agregado ao cotidiano da escola, através das diversas áreas de conhecimento, e não somente se faça presente em semanas ou atividades comemorativas propostas ou impostas por um calendário preestabelecido, se faz necessário uma proposta de ação que seja contínua e eficaz.

Atualmente observa-se que existe uma complexidade do conhecimento e uma amplitude significativa do acesso as informações que ocorrem de maneira instantânea, se torna quase que uma obrigação repensar a educação principalmente na esfera ambiental, e que modelo linear de currículo escolar já está depreciado, essa análise a partir de então deve ser inter, trans e multidisciplinar.

Diante disso é de suma importância decifrar as distinções entre multidiplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

A multidiplinaridade é a organização dos conteúdos mais tradicionais. Os conteúdos escolares são apresentados por matérias independentes umas das outras. o conjunto de matérias ou disciplinas é proposto simultaneamente, sem que apareçam explicitamente as relações que podem existir entre elas. Trata-se de uma organização somativa. A interdisciplinaridade é a interação entre duas ou mais disciplinas, que podem ir desde uma simples comunicação de ideias até a integração recíproca dos conceitos fundamentais e da teoria do conhecimento, da metodologia e dos dados da

pesquisa. [...] A transdisciplinaridade é o grau máximo de relações entre as disciplinas, daí que supõe uma integração global dentro de um sistema totalizador. Estes sistema favorece uma unidade interpretativa, com objetivo de constituir uma ciência que explique a realidade sem parcelamento. (ZABALA, p.143-144).

Em resumo, podemos estabelecer a seguinte relação: Multidisciplinaridade, reuni várias disciplinas em torno de um objeto final relacionados ou não entre si; Interdisciplinaridade, que entrelaça duas ou mais disciplinas em torno de objetivo comum, como um assunto ou tema específico as disciplinas escolhidas; e a Transdisciplinaridade, que reúne os conteúdos de várias disciplinas em torno de objetivo global, estando estritamente relacionados entre si.

A multidiplinaridade traz uma ideia de divisão de ensino nas mais diversas áreas do conhecimento, a educação ambiental estudada multidisciplinarmente, é o ensino de disciplinas que possuem conexões, no entanto são ensinadas por docentes diferente na grande maioria dos casos, sem que estes criem um rumo metodológico comum as disciplinas abordadas. Um exemplo nítido, as disciplinas problemas ambientais e sociedade, economia e ambiente, fundamentos de gestão ambiental, são ministradas sem ao menos os docentes, estabelecerem o mínimo ou nenhum diálogo prévio, o resultado é uma visão superficial do tema abordado ou estudado.

Segundo Krausz (2011) ,“A multidisciplinaridade pressupõe que várias disciplinas podem ser reunidas; porém, essa reunião não implica nem que elas tenham o mesmo objeto de estudo e tampouco que partilhem qualquer tipo de relação sobre esse objeto.”.

A interdisciplinaridade, por sua vez surge como um aprimoramento, havendo uma maior disposição das partes envolvidas, em que se estabeleça o encontro de pessoas de diversas áreas de conhecimento, ao contrário do que propõe a multidiplinaridade, há um diálogo prévio entre diferentes disciplinas, o resultado é uma visão abrangente do tema abordado ou estudado. Ainda tomando como exemplo as disciplinas problemas ambientais e sociedade, economia e ambiente, fundamentos de gestão ambiental, na educação ambiental interdisciplinar, a experiência dos educadores tem mostrado que uma das ferramentas importante para se entender a complexidade da questão ambiental, é o estudo de caso. No caso ter-se-ia um problema ambiental causado pela sociedade, um conflito criado pela economia e que contribuiriam diretamente no ambiente, e seria possivelmente resolvido por uma gestão ambiental eficaz.

Conforme Paviani (2008, p.19) “A função da interdisciplinaridade é a de atender à necessidade de resolver problemas pedagógicos e científicos novos e complexos, dentro de uma determinada concepção de realidade, de conhecimento e de linguagem. ”.

Por fim, a transdisciplinaridade surge um avanço da interdisciplinaridade, sua visão não se limita apenas ao estudo do todo, como também produção de teorias, soluções satisfatórias e novas propostas, vale ressaltar que leva em consideração contribuições científicas, filosóficas, religiosas, artísticas e de outras vertentes. O resultado é uma visão global a respeito do tema abordado ultrapassando as expectativas. Novamente, tomando como exemplo as disciplinas problemas ambientais e sociedade, economia e ambiente, fundamentos de gestão ambiental, na educação ambiental transdisciplinar, o ponto de partida é o estudo de caso, podendo ter uma visão ou global, o fato é que as disciplinas estarão ligadas de maneira contínua, obtendo respostas e possíveis soluções usando o arsenal que cada disciplina disponibiliza.

Krausz (2011), nos traz que:

[..] transdisciplinar não se restringe nem à simples reunião das disciplinas nem à possibilidade de haver diálogo entre duas ou mais disciplinas porque ultrapassa sua dimensão. Faz com que o tema pesquisado passe pelas disciplinas, porém sem ter como objetivo final o conhecimento específico dessa mesma disciplina ou a preocupação de delimitar o que é o seu objeto ou o que é de outra área inter-relacionada. A transdisciplinaridade se preocupa com a interação contínua e ininterrupta de todas as disciplinas num momento e lugar.

Estas abordagens podem orientar novas práticas pedagógicas, no que diz respeito a EA, levando o professor a ter uma postura norteadora no processo de ensino-aprendizagem, admitindo que o docente possui um papel fundamental no desenvolvimento intelectual, ele é diretamente responsável pela crescimento de um cidadão conscientemente sustentável, por meio das suas práticas, não só ajudam o aluno a transformar a informação em conhecimento e consciência crítica, mas também ajudam na formação de sua personalidade.

Conforme Paviani (2008, p.24):

A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são arranjos que descrevem e explicam a realidade, que esclarecem as interações entre o conhecimento e a realidade, entre a ciência e a cultura, entre a ciência e a tradição, entre a ciência e a tecnologia e entre outras manifestações sociais e históricas. Contra o excesso de especialização, de fragmentação, essas formas de interação buscam novas formas de saber e de conhecer.

Independentemente, do prefixo *inter*, *trans*, *multi*, devemos tê-los como aliados para conscientizar a comunidade a respeito das novas práticas que mostrem de maneira objetiva e prática que existem muitos problemas ambientais cuja solução exige das pessoas e entidades envolvidas: objetivos comuns, posturas para negociação, humildade, compromisso com a

questão ambiental e humanidade. Todos esses fatores são de ampla relevância para que ocorra um “início de conversa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EA com o passar dos anos vem sendo norteada e amparada por sequenciais leis de cunho constitucional e muitas vezes penal, seu processo construtivo é amparado por códigos e regras estatais e até mesmo de ordem privada. Diante desses fatos parece que a luta contra o uso abusivo dos recursos naturais ou a educação e conscientização domiciliar já foram objetivos atingidos e até representaria redundâncias entrar em uma sala de aula ou qualquer ambiente educacional e exigir tamanho papel dos cidadãos, já que todos conhecem seu papel na sociedade ambiental, porém é bem visível que nenhum dos objetivos descritos foram de fato atingido, é notável perceber que diante de tantos questionamentos, decretos legais e penalidades no rigor da lei não foram suficientes para criar uma sociedade mais consciente de sua interferência no espaço habitado.

Mas sendo assim voltaríamos à introdução deste artigo, e toda a pesquisa teria sido em vão, e tantas palavras cairiam no vácuo do esquecimento, e não haveria contribuições satisfatórias a ciência, do âmbito educacional, portanto mesmo que a sociedade objeto de indagações e aprimoramentos no meio científico ainda não tenha chegado ao ápice da construção moral de responsabilidade com o meio ambiente, e ainda que seja necessário que os docentes em todos os níveis educacionais criem ou efetivem a chamada interdisciplinaridade e transdisciplinaridade dos conteúdos ambientais, a discussão aqui iniciada sobre a aplicação dos métodos de EA ainda teriam funcionalidade para desenvolver mesmo que tardiamente um espírito de responsabilidade com as necessidades do presente e da geração do futuro.

O discurso ambiental não é um tema recente e muito menos um tema de pouco debate, ainda assim parece ter virado uma espécie de modismo e por este motivo em pleno século XXI ainda não tem atingido sua real finalidade, o maior rival da EA são os modelos implementados por uma sociedade capitalista e consumista que enche-se de equipamentos de acomodação, onde essa sociedade insiste em chamá-los de facilitadores das atividades diárias, mas que para agirem como facilitadores consomem mais energia, produzem mais resíduos, geram maiores degradações e danos muitas vezes irreversíveis. Esse Grande rival é visto em todos os setores de consumo e produção, desde uma pequena casa até uma grande indústria,

cada agente deste produz um montante capaz de destruir todo um ecossistema gerado por bilhões de anos, a atmosfera não surgiu em segundos e muito menos será extinta em segundos, ainda assim ela grita seus últimos suspiros, talvez a emergência não seja no âmbito educacional, na verdade a emergência já é operacional, está no controle do consumo, está nas contas domésticas ou industriais, no fechamento dos orçamentos de uma prefeitura, ou acréscimo exacerbado e quase insuportável da temperatura de várias regiões do globo, mas mesmo com esta conclusão, cada ponto deste descrito passa por ideologias, por consciências de um indivíduo que passa para outro e transforma em consciência coletiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm> Acesso em: 19 de set.2015.

FRANK, B. **Caderno do educador ambiental.** Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí. Blumenau: FURB:2005.

GUERRA, R. A. T. **O Meio(?) Ambiente.** In: GUERRA, R. A. T. entre outros [Orgs.]. Formação Continuada de Professores. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2007. p.59-80.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189- 205, março 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em 26 set. 2015.

KRAUSZ, M. **Onde as disciplinas se encontram.** Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/132/artigo234363-1.asp>>. Acesso em: 19 de set. 2015.

PAVIANI, J. Interdisciplinaridade: conceitos e distinções. Ed. rev. 2. Caxias do Sul: Educus, 2008.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.